

A Maçonaria no processo de Independência do Brasil

Flávio Antônio Silva Augusto ^a

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar e demonstrar a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil. A Maçonaria, por meio de dois expoentes, José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, influenciou decisivamente o processo que culminou na separação definitiva do Brasil de Portugal. Esses dois brasileiros trabalharam incansavelmente para o desfecho histórico do 7 de setembro de 1822, embora tenha havido lutas pela independência em algumas províncias e negociações com Portugal, mediadas pela Inglaterra, visando ao reconhecimento ocorrido em 1825. A pesquisa é bibliográfica e utiliza tanto fontes secundárias quanto documentos transcritos dos originais. Sobressai do estudo que a Maçonaria do Brasil participou ativamente do processo da Independência, embora outros fatores e pessoas sensíveis à causa também tenham contribuído para o desfecho. Conclui-se que, se não fosse a participação efetiva da Maçonaria, por meio de seus membros, a Independência não teria ocorrido no período em que foi efetivada, e, caso ocorresse sem a participação desta, o Brasil não teria a unidade federativa que tem hoje – sua configuração seria semelhante à da América Espanhola, as províncias se tornariam países independentes.

Palavras-Chave: Maçonaria, Independência, Emancipação política.

INTRODUÇÃO

Constitui tema desta pesquisa a participação da Maçonaria no processo de Independência do

Brasil. O mesmo foi delimitado ao período de 1789 a 1825, haja vista a conjuntura da época e a contribuição da Inconfidência Mineira no processo. A pergunta

^a Coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, mestre em Administração. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



norteadora foi: “qual foi a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil”?

A partir do problema, foram formulados os objetivos geral e específicos, não tendo sido produzidas hipóteses. O objetivo geral é investigar e demonstrar a participação da Maçonaria brasileira no processo de Independência. São objetivos específicos: a) analisar a conjuntura mundial/nacional no período em que ocorreu a Independência do Brasil; b) verificar a participação da Maçonaria ou de maçons brasileiros no processo de Independência, e o seu reconhecimento; c) elencar a participação de José Bonifácio e Gonçalves Ledo, e as suas ideologias, no processo de Independência; d) descrever a contribuição da Inconfidência Mineira para a Independência do Brasil, as lutas subsequentes e o reconhecimento de Portugal.

O estudo se justifica em razão da importância do momento histórico que culminou na Independência do Brasil, em um

cenário no qual Portugal tentava recolonizar o País e a Maçonaria trabalhava em prol da ruptura. Havia também um imperador pressionado pelas elites portuguesas, assim como as brasileiras. Províncias como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, entre outras, que não aceitavam a autoridade do príncipe regente, mas tão somente das Cortes de Lisboa, estavam ameaçando se declarar independentes. A luta interna para o reconhecimento da independência em algumas províncias brasileiras, assim como as tratativas no exterior junto a Portugal, com a mediação da Inglaterra, para que se reconhecesse a independência do Brasil. Ademais, a Inconfidência Mineira muito contribuiu para uma consciência coletiva em relação ao processo, embora tivesse sido sufocada pela justiça lusa.

Trata-se de uma pesquisa do tipo metodológica, que adotou como técnica a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica, com transcrição e cópia



de documentos originais, sendo também baseada em fontes primárias e secundárias.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho foi dividido em cinco seções. Na seção 1 encontra-se a introdução, contendo os elementos indicativos deste estudo; a seção 2 apresenta o embasamento teórico, como a definição de Maçonaria, sua origem no mundo e no Brasil, assim como sua estruturação em terras brasileiras; a seção 3 contém a caracterização do objeto com os fatos antecedentes que o influenciaram, a participação da maçonaria no processo, a luta interna e o reconhecimento externo da Independência do Brasil; a seção 4 trata da discussão do tema; e por fim a seção 5 apresenta as conclusões da pesquisa.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção tem por objetivo apresentar a abordagem teórica do estudo, como a definição de Maçonaria, sua origem no mundo

e no Brasil, assim como sua estruturação em terras brasileiras.

- Definição e a origem da Maçonaria no mundo

Para melhor entender o que é Maçonaria, é preciso definir o termo, o que possibilitará a compreensão de seus objetivos e o porquê da sua existência. A melhor definição do que é Maçonaria se busca no próprio Manual de Aprendiz:

A Ordem Maçônica é uma associação de homens sábios e virtuosos que se consideram irmãos entre si e cujo fim é viver em perfeita igualdade, intimamente ligados por laços de recíproca estima, confiança e amizade, estimulando-se uns aos outros, na prática das virtudes.¹

Outra definição para se entender o que é Maçonaria, assim como os seus objetivos, se pode abstrair de Pitombo:

[...] uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista.



Filosófica porque trata da essência das propriedades e dos efeitos das causas naturais, investigando as leis da natureza e relacionando as primeiras bases da moral e da ética pura. Filantrópica porque não visa lucro, destinando seus recursos para o bem do gênero humano, sem distinções. Progressista porque não se prende a dogmas, prevenções ou superstições, não criando obstáculos no sentido da busca da verdade. Busca a liberdade, igualdade de direitos e obrigações e a fraternidade. Muitos leigos se referem à Maçonaria como uma religião. Na verdade, ela pode ser tida como uma instituição religiosa, pois reconhece a existência de um único princípio criador, regulador absoluto, supremo e infinito Deus (Grande Arquiteto do Universo); e prima pelo espiritualismo em contraposição ao materialismo. Mesmo assim, ela não pode ser considerada uma religião, pois se define como uma sociedade que tem por objetivo unir os homens no sentido mais amplo e elevado do termo e, por isso admite pessoas de todos os credos religiosos em seus quadros. [...] A moral, a fraternidade e retidão são representados pelo

livro sagrado, pelo compasso e pelo quadrado.²

Lima³ define Maçonaria como uma organização filosófica, entre outras qualificações, o que seria universal, independentemente do país, rito⁴ ou mesmo da obediência⁵ ao local onde exerce suas atividades. A filosofia entende como estado mental da pessoa que se dedica pelo saber e o aprecia, desejando-o, procurando-o e respeitando-o. O mesmo Lima sintetiza o seu entendimento de filosofia como sendo “[...] amizade pela sabedoria, apreciação e veneração pelo saber”, sendo o filósofo aquele que “ama e busca a sabedoria, tem amizade pelo saber, deseja saber”.⁶

Abstrai-se, assim, que, conforme Baptista⁷, a Maçonaria seria um conjunto de doutrinas de caráter moral, com o objetivo de evoluir o espírito humano, buscando o desenvolvimento do querer, saber e sentir. Portanto, fundamentado em Silva, conclui-se que Maçonaria é: [...] “uma nova



proposta de convívio entre os homens, pautada na cordialidade, no respeito e na conduta pacífica dos membros”⁸.

Quanto às origens da Maçonaria no mundo, há historiadores que afirmam que data de quatro mil anos, no Egito; outros acreditam que se deu com a construção do templo de Salomão. Este trabalho considera o marco da Maçonaria a partir de meados do Século XV, quando deixou de ser operativa. Na Inglaterra, nessa época, era denominada Operativa, porque aceitava nos seus quadros apenas pessoas ligadas à arte e ao ofício da construção (arquitetos e engenheiros), chamados de “pedreiros livres”. Mais tarde, começou a aceitar pessoas oriundas da nobreza, burguesia e clero, passando então a ser denominada Especulativa.

Durante o Iluminismo, no Século XVIII, surgiu na França a franco-maçonaria, que seguia o que James Anderson⁹ escreveu no Livro da Constituição de 1723. Essa Constituição influenciou decisivamente o mundo moderno,

vindo a ser amplamente difundida nos países anglo-saxônicos.

Uma loja maçônica¹⁰ está atrelada a uma obediência, que seriam entidades autônomas, regulares e soberanas que congregam as lojas simbólicas. Observa-se, pois, a existência de uma jurisdição¹¹ consentida de uma entidade que detém poder de coordenação sobre seus membros e a sua loja. Ex: Grande Oriente do Brasil, Grande Oriente de Minas, Grandes Lojas Maçônicas.

- Origem e estruturação da Maçonaria no Brasil

A origem da Maçonaria no Brasil não é assunto pacificado entre os pesquisadores. No entanto, há certa convergência entre os estudiosos em relação ao período histórico – a partir do século XVIII – em que há indícios do trabalho de maçons em prol de um objetivo comum e do interesse coletivo. Para Amoedo *apud* Grande Oriente do Brasil, a “Maçonaria brasileira teve início em 1797, com a Loja Cavaleiros da Luz, criada na povoação da Barra,



em Salvador, Bahia, e ainda com a Loja União, em 1800, sucedida pela Loja Reunião, em 1802”.¹²

A historiografia maçônica noticia que a primeira loja instalada no Brasil data de 1801, na Bahia, Loja Cavaleiros da Luz, ligada ao Grande Oriente da França¹³. Ainda segundo Couto *apud* Carvalho, essa loja teria sido criada no ano de 1797, dentro da fragata *La Preneuse*, posteriormente transferida para o bairro da Barra, na cidade de Salvador. Nos primeiros anos do século XIX, foram criadas lojas nas cidades de Pernambuco e Rio de Janeiro, que eram livres ou filiadas ao Grande Oriente Lusitano ou Francês.

Segundo Pitombo¹⁴, a Maçonaria está presente em nossa história desde o tempo do Brasil colônia, incorporada, a princípio, por alguns revolucionários da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, fazendo-se sentir como força política quando assumiu os ideais do liberalismo¹⁵. Couto corrobora o entendimento de que o marco da Maçonaria em

terras brasileiras é a Inconfidência Mineira, no final do século XVIII¹⁶.

No Brasil, inicialmente, tivemos três potências reguladoras no âmbito da Maçonaria, o Grande Oriente Brasileiro (1822), atual Grande Oriente do Brasil, que possui federações em todos os estados; a Confederação Simbólica no Brasil (CSM, de 1927), cisão da primeira, a qual reúne uma Grande Loja autônoma e independente em cada estado, e, por fim, a Confederação da Maçonaria no Brasil (CMB, de 1973), cisão da primeira, reunindo os Grandes Orientes independentes, além de congregar Grandes Orientes Estaduais e autônomos em cada estado¹⁷.

Em 1815, no Rio de Janeiro, foi criada a Loja Comércio e Artes, que funcionou até 1818, por causa da edição do Alvará de 30 de março de 1818, de D. João VI, assessorado principalmente pelos ministros D. Marcos de Noronha e Brito (Conde de Arcos) e D. Thomas Antônio de Vila Nova de



Portugal, que proibiu o funcionamento de qualquer sociedade secreta em Portugal e em todos os domínios. É importante observar que seus quadros reuniam estudantes egressos das universidades da Europa, como Coimbra, os quais se comprometiam a lutar pela causa da Independência do Brasil.

Para continuar trilhando o objetivo da Independência, foram criadas organizações maçônicas com títulos de academias, sociedades literárias, sendo o mais famoso o Clube da Resistência, conforme afirma Durão *apud* Prober¹⁸, depois transformado em Clube da Independência, como continuação da Loja Distintiva, fundada por padre Belchior. No período, foram criadas as seguintes academias ou sociedades secretas: Basílica dos Esquecidos e Basílica dos Renascidos, Arcádia Ultramarina, Associação Literária dos Seletos, Academia Científica, Academia dos Felizes, Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz.

Quanto à afirmação de que as academias ou sociedades secretas seriam continuação das lojas maçônicas, Durão¹⁹ discorda, alegando que, para existirem, essas sociedades teriam que ser criadas pelos governadores ou vice-reis, com finalidades exclusivamente culturais, admitindo-se, no entanto, a presença de maçons que aproveitavam a oportunidade para difundir as ideias libertárias. Em 1821, a maçonaria voltou a funcionar no Brasil, quando a Loja Comércio e Artes, rebatizada com o nome de Comércio e Artes na Idade do Ouro, com cerca de 90 membros, dividiu-se em três – União e Tranquilidade, Esperança de Niterói, e Comércio e Artes da Idade do Ouro – com o objetivo de criar uma obediência exclusivamente brasileira.

No ano seguinte, foi criado o Grande Oriente Brasílico ou Brasileiro, mais tarde denominado Grande Oriente do Brasil, a primeira obediência maçônica do País, por inspiração de Gonçalves Ledo, alcançando sua



independência administrativa²⁰, cujo objetivo era lutar pela independência política. Couto afirma que a criação do Oriente Brasileiro se deu em virtude de a maioria não querer mais se submeter ao Grande Oriente de Lisboa, gerando assim a urgência da sua criação²¹. A consequência foi uma maior organização, tornando-se um veículo importante dos acontecimentos nos campos político e social, principalmente no processo de Independência.

Para Gomes a Maçonaria, no começo do século XIX, seria uma organização altamente subversiva, comparável ao que representou a Internacional Comunista no século XX²². O autor acrescenta que a organização ansiava por novas doutrinas políticas, que transformassem o mundo, cabendo aos seus agentes propagá-las nas zonas quentes do planeta, no caso a América. Gomes, *apud* Lima²³, acrescenta ainda que a Maçonaria funcionou em 1822 como “uma escola de disciplina e de civismo e um laço de união

entre esforços dispersos e dispersivos”.

Na próxima seção se discorrerá sobre a caracterização do objeto da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

A presente seção tem como objetivo descrever os fatos antecedentes que influenciaram a Independência do Brasil, a participação da Maçonaria no processo e como foi a luta e o reconhecimento externo.

- Fatos antecedentes à Independência do Brasil

Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental contra a Grã-Bretanha. O objetivo era que as nações da Europa Continental fechassem os portos ao comércio inglês para enfraquecer a Inglaterra, privando-a dos mercados consumidores e fontes de abastecimento. Portugal era extremamente dependente economicamente da



Inglaterra, maior fornecedora de produtos manufaturados e maior compradora das mercadorias portuguesas e brasileiras²⁴.

Como Portugal se negou a aderir ao Bloqueio Continental, a família real foi convencida pelo governo inglês, juntamente com a sua Corte, a fugir para o Brasil, seguindo o conselho de Lorde Percy Clinton Smith, então embaixador inglês em Lisboa. D. João transferiu sua Corte para o Brasil, propiciando aos ingleses o acesso ao mercado consumidor brasileiro.

Quando aportou no Brasil em 1808, a família real expediu uma Carta Régia²⁵, abrindo todos os portos brasileiros para as nações amigas de Portugal, acabando com o monopólio luso e consequentemente com o pacto colonial. Já no Rio de Janeiro em 1 de abril do mesmo ano, expediu um alvará²⁶, o qual permitia a instalação de indústrias no Brasil. Esse alvará deu mais liberdade econômica para a colônia, iniciada, com abertura dos portos.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de “Reino Unido a Portugal e Algarve”, o que, na prática, para Durão *apud* Magalhães, representou “uma inversão de brasileira, passando o Brasil a ser a metrópole, e Portugal a colônia”²⁷. O descontentamento em Portugal, empobrecido pela guerra, era enorme, haja vista que houve batalhas em seu território, o que culminou, em 1820, com a Revolução do Porto.

A Revolução do Porto, ou Revolução Liberal do Porto, foi deflagrada em 24 de agosto de 1820, e tinha como objetivo o fim da dominação inglesa e do regime absolutista da monarquia lusitana, contando com a adesão de todas as classes da sociedade e do exército. Imperioso recordar que Portugal era governado militarmente de maneira despota pelo Marechal Beresford²⁸, mesmo já tendo decorrido anos da expulsão dos franceses do território luso.

Como fatores da aludida revolução se podem mencionar a permanência da família real no Brasil, as ideias liberais



difundidas pela Revolução Francesa, os prejuízos causados pela abertura dos portos brasileiros em 1808 e a presença de um governante militar e estrangeiro em Portugal desde 1808. O Marechal Beresford, ao retornar do Brasil para Portugal, depois de um encontro com D. João VI, foi impedido de desembarcar em Lisboa; seus oficiais que se encontravam em Portugal estavam presos e foram deportados para a Inglaterra.

Uma junta provisória assumiu o país, e convocou as Cortes Gerais e constituintes para elaborar uma nova constituição. Dentre as exigências da junta provisória se destaca a volta da Corte para restabelecer a dignidade metropolitana, o estabelecimento de uma monarquia constitucional e a restauração do pacto colonial. Costa aduz que, além da volta de D. João para Portugal, as Cortes exigiam a “promulgação de uma Constituição nos moldes da Constituição espanhola”²⁹.

Para se entender o que era o pacto colonial, é importante esclarecer que os países europeus que tinham colônias na América exerciam o monopólio legal das importações de matérias-primas mais lucrativas e exportavam os bens de consumo para elas. As colônias só podiam comercializar com suas metrópoles³⁰, estabelecendo vantagens e preços vantajosos. Na prática, a colônia não podia concorrer com a metrópole, só sendo autorizada a produzir o que ela (a metrópole) não produzia. Um exemplo era a produção de açúcar no nordeste brasileiro.

Diante da situação e da iminente possibilidade de perda do controle, D. João VI chegou a editar um decreto em fevereiro de 1821, no qual despachava o príncipe regente D. Pedro a Portugal, para ouvir as representações e queixas do povo, com o objetivo de estabelecer reformas. Porém, não só os revoltados como também as tropas estacionadas no Rio de Janeiro se opuseram à determinação real, pois queriam a volta do Rei a Portugal.



Em 24 de abril de 1821, depois de muito protelar a sua volta, D. João, juntamente com os demais membros da família real, embarcou em uma nau³¹, e, na manhã de 26 de abril, finalmente iniciou sua viagem de retorno a Portugal. D. João nomeou D. Pedro para ser o regente do Reino do Brasil e escolheu ministros para auxiliá-lo. Dois dias antes do embarque, 22 de abril, recomendou o seguinte para seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”³². Ferreira menciona apenas que João VI teria recomendado ao príncipe regente que assumisse algum movimento separatista que viesse a despontar no Brasil, evitando assim a perda do novo reino pela família de Bragança³³.

Ao regressar a Portugal, D. João VI se submeteu às exigências das Cortes (Parlamento) que passaram a governar Portugal, haja vista a diminuição dos poderes pela Constituição. Antes de deixar

o Brasil, ele editou o seguinte decreto:

[...] encarregar do governo geral e inteira administração de todo o Reino do Brasil ao meu mui amado e prezado filho, D. Pedro de Alcântara, príncipe real do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarve, constituindo-o regente e Meu lugar-tenente, para que com tão promeminente título e segundo as instruções que acompanham a este decreto e vão por Mim assinadas, governe na Minha ausência e enquanto pela Constituição se não estabeleça outro sistema de Regime, todo este Reino com sabedoria, e amor dos povos.³⁴

Ao partir para Portugal, a Corte Portuguesa levou todo o dinheiro dos cofres do Banco do Brasil, decretando a falência de vários comerciantes. Outros problemas internos surgiram no tocante à política, pois havia uma grande inquietação, uma vez que a província da Bahia e todas do Norte não reconheciam a autoridade do príncipe regente ou mesmo hesitavam entre a



autoridade da Corte de Lisboa e a do Rio de Janeiro³⁵.

Nesse cenário, a Bahia chegou a declarar que D. João não tinha autoridade para conferir a regência a D. Pedro. As províncias do Pará, Maranhão e Goiás chegaram a se unir contra o Rio de Janeiro no movimento em prol da independência. O Uruguai estava com as Cortes de Lisboa. Minas estava dividida entre obedecê-las ou reconhecer a autoridade de D. Pedro. Já em São Paulo, havia duas tendências, uma para aderir às Cortes e outra que, de maneira velada, tendia para a independência, esperando o momento certo.

Para melhor se entender o cenário político, pode-se verificar do próprio enunciado de Durão o seguinte:

A situação política no Brasil era também de extrema inquietação. Algumas províncias, todas as da Bahia para o norte, ou recusavam-se hostilmente a reconhecer a autoridade do príncipe, ou mostravam-se hesitantes entre as Cortes de Lisboa e o governo do Rio de

Janeiro. A junta da Bahia declarou, formalmente, que d. João VI já não tinha poderes para conferir regências, desconhecendo inteiramente as funções políticas de d. Pedro. As Juntas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso uniram-se contra qualquer tentativa revolucionária do Rio de Janeiro a favor da independência. reação semelhante ocorreu no Uruguai, que aderiu exclusivamente às Cortes de Lisboa. Minas estava dividida entre a adesão às Cortes e a preferência pela posição adotada por d. Pedro. Em São Paulo também havia duas correntes: adesão total às Cortes de Lisboa e a da independência (esta, cuidadosamente velada, até que fosse possível levantar a grande massa causa).³⁶

O Partido Português amparava o ministro Conde de Lousã, também português, que era a favor das Cortes de Lisboa e desejava o Brasil para Portugal. Imperioso recordar que os objetivos da revolução do Porto eram resgatar a dignidade da dinastia de Bragança, com retorno para Portugal, volta do pacto colonial e retorno do Brasil à condição de colônia.



Em 2 de junho de 1821, chegou a notícia de que as bases da Constituição redigida pelas Cortes tinham sido proclamadas em 9 de março, mas D. Pedro se recusou a jurá-las enquanto os representantes brasileiros das Cortes as aprovassem. Os deputados brasileiros eleitos às Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, maioria, se recusaram a tomar posse em Portugal.

O Conde Lousã, não conseguindo convencer o príncipe regente a jurar cumprir a nova Constituição, apelou para as tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro e, quando pressionado devido à força militar e aos comandantes, recuou e fez o juramento. Não pararam por aí as ações das Cortes de Lisboa. Em 24 de abril de 1821, declararam independentes todos os governos provinciais do Rio de Janeiro, submetendo-os diretamente às Cortes Portuguesas, momento de muita tensão e coação sobre o príncipe regente por parte dos comandantes da Divisão Auxiliar no Brasil³⁷, uma vez que, na época,

não havia forças militares brasileiras.

Diante desse cenário, somente com a volta do funcionamento da Maçonaria e das ações das academias e agremiações literárias, a situação começou a mudar. Conforme Amoedo, “[...] as lojas se transformaram em trincheiras políticas a submissão do Brasil às Cortes portuguesas”³⁸, pois, devido às suas ações, conseguiram unir todos os brasileiros num único ideal, o que foi importante, culminando na total separação do Brasil de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, na cidade de São Paulo, nas margens do riacho do Ipiranga, D. Pedro proclamou a independência do Brasil de Portugal.

- A Independência do Brasil

A separação de Portugal, ou mesmo as sedições que noticiavam esse propósito, não eclodiram no início do século XIX. Um movimento que mostrou essa insatisfação contra o jugo português foi a Inconfidência Mineira³⁹,



cujos conjurados foram presos e deportados para a África, sendo apenas um sentenciado à morte, Tiradentes, considerado o Protomártir da Independência do Brasil. Embora envolvesse as Capitânicas das Minas Gerais e Rio de Janeiro diretamente, o movimento influenciou brasileiros como Gonçalves Ledo, cujo pai era um comerciante carioca e teve contato com os inconfindentes.

Em 24 de junho de 1821, a Maçonaria voltou a funcionar no Brasil. Conforme já mencionado, a Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro se dividiu em três, com o objetivo de criar uma obediência que congregasse todas as forças maçônicas. Foi criado o Grande Oriente Brasileiro, ou Brasília (mais tarde denominado Grande Oriente do Brasil), cujo objetivo era, segundo Durão⁴⁰, conquistar a independência e manter o país unificado, evitando que se fragmentasse em várias repúblicas e reinos, como as colônias espanholas na América. O objetivo da criação da obediência no Brasil se opunha a algumas ideias de

separação, como a dos maçons Pernambucanos. Em 1817, os maçons daquela região chegaram a inaugurar uma obediência regional, objetivando “criar uma república constitucionalista independente do Nordeste”.

Segundo Durão⁴¹, José Bonifácio não era maçom e sim profano⁴², conforme consta na historiografia maçônica, mesmo assim foi designado Grão-Mestre⁴³. Não há nada de extraordinário na designação de um profano, pois, segundo Durão *apud* Prober, “muitas vezes a maçonaria europeia aclamou profanos para o cargo de Grão-Mestre, especialmente em situações políticas difíceis”⁴⁴. Por outro lado, o mesmo autor esclarece que José Bonifácio pertencia à Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro desde 1822. Pitombo⁴⁵ aduz que em 10 de março de 1822, D. Pedro recebeu da Loja Comércio e Artes o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” e que nessa mesma loja, em 26 de março, José Bonifácio teria sido iniciado na Maçonaria.



José Bonifácio, em 2 de junho de 1822, criou a sociedade secreta não maçônica, o “Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz” (outra denominação), organizada aos moldes da carbonária⁴⁶ Europeia. Após, foi redigida uma constituição política para reger os destinos do Brasil, registrando-se nos seus quadros vários maçons. D. Pedro dela fez parte, ocupando o mais alto cargo, cujo título era Arconte-Rei, e José Bonifácio foi seu lugar-tenente. A finalidade do Apostolado era evitar que o príncipe regente D. Pedro entrasse na Maçonaria, o que acabou acontecendo em 2 de agosto de 1822, na loja Comércio e Artes na Idade do Ouro, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 22 de agosto, numa reunião no Grande Oriente Brasileiro, ou Brasílico, presidida por Gonçalves Ledo (1º Grande Vigilante), devido às ausências constantes do Grão-Mestre José Bonifácio e seu substituto, que estava idoso e doente, o grupo propôs o nome de D. Pedro para Grão-Mestre, que foi aceito por aclamação.

Nessa mesma sessão, José Bonifácio foi deslocado para o cargo de Grão-Mestre adjunto. O objetivo de Gonçalves Ledo era atrair o príncipe regente para a causa e minar a influência de José Bonifácio na Maçonaria, culminando com o acirramento entre as correntes que já se manifestavam.

A Maçonaria Azul inglesa (Monarquia Parlamentar) era representada por José Bonifácio de Andrada e Silva⁴⁷, e a Maçonaria Vermelha francesa (Republicana) era representada por Joaquim Gonçalves Ledo⁴⁸. Embora os dois grupos dividissem a Maçonaria em duas facções, não divergiam no tocante à “Independência”, o que não impediu disputas pelo poder passional, com prisões, exílios, perseguições e expurgos, conforme atesta Gomes. A Maçonaria Vermelha (Republicana) defendia a ruptura total dos laços com Portugal, pregando um regime semelhante ao das colônias espanholas da América Latina, que estavam se separando da Espanha. De maneira antagônica, a Maçonaria Azul



(Monarquia Parlamentar) defendia a união com Portugal, mantendo sua autonomia e sem escravidão.

Para melhor explicar a divisão na Maçonaria, Gomes assim menciona:

Em 1822, a maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à independência, mas uma delas, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, defendia ideias republicanas. A outra, de José Bonifácio de Andrada e Silva, acreditava que a solução era manter dom Pedro como imperador em regime de monarquia constitucional. Estes dois grupos disputaram o poder de forma passional, envolvendo prisões, perseguições, exílios e expurgos [...].⁴⁹

Já Couto traz o seguinte entendimento da divisão da Maçonaria, aduzindo a importância da sua participação no processo e as ideias dos grupos antagônicos:

A independência jamais poderia ter acontecido sem a interferência e a coordenação de José Bonifácio com o apoio

incondicional dos maçons brasileiros para obter os resultados desejados. Porém, se Bonifácio representava uma facção da maçonaria nacional, havia um segundo representante, Gonçalves Ledo, que tinha também bastante influência e que agia separadamente dos demais liderados. No entanto, quando chegou o momento de atingir o objetivo comum, resolveram deixar as diferenças de lado e se unir.

Ledo, que liderava um grupo que defendia o rompimento total dos laços com Portugal e que se estabelecesse um regime “que aproximasse mais daquele dos demais países latino-americanos, que, paulatinamente, iam conseguindo sua independência da Coroa espanhola”, [...], o grupo de Bonifácio pregava a união do Brasil com Portugal, desde que mantivesse sua autonomia, englobasse as colônias e não admitisse a escravidão dos negros.⁵⁰

Por fim, Durão conceitua o que seria a Maçonaria Azul e a Vermelha e o que motivara essa divisão:



Não obstante, a ideia da independência e da liberdade continuava a fervilhar entre os maçons brasileiros, por uns desejada sob a forma de monarquia constitucional parlamentar (que se rotulava como Maçonaria Azul) e por outros, sob forma de república democrática (rotulada como Maçonaria Vermelha). Essa rotulação nada tem a ver com a Maçonaria Simbólica, também denominada Azul, nem com a Maçonaria Filosófica, por muitos designada como Maçonaria Vermelha. Simplesmente significavam os monarquistas (azul) e os republicanos (vermelho).⁵¹

Segundo Durão⁵², D. Pedro estava dividido entre se tornar o Imperador do Brasil e o juramento que fizera ao seu Pai. Contudo, em 29 de setembro de 1821, um decreto das Cortes, elencando novas ingerências, o qual chegou ao Brasil em 9 de dezembro, suprimia os tribunais criados quando da estada da família real, ordenava a volta do príncipe regente, com a desculpa de fazer uma viagem pelos países da Europa para aprimorar sua

educação, tendo em vista que era o herdeiro do trono. A presença do príncipe regente dificultava, na prática, a recolonização. O decreto determinava ainda que o governo fosse entregue a uma junta, que deveria se reportar exclusivamente ao soberano congresso de Lisboa. Além disso, criava governos provinciais desligados do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa.

D. Pedro chegou a escrever uma carta para o Rei, notificando-o de que se preparava para a viagem de retorno. Contudo, a Loja Maçônica Comércio e Artes na Idade do Ouro e o Clube da Resistência ou Independência, juntos, uniram esforços para impedir a saída de D. Pedro do Brasil. Embora receoso, o príncipe disse que se “recebesse dos povos das três províncias deputações que lhe vissem pedir que não partisse, ficaria”⁵³. Imediatamente foi organizado um manifesto da população, nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, totalizando oito mil assinaturas,



que pedia ao príncipe que não fosse embora.

Em 29 de dezembro, o manifesto chegou às mãos do príncipe e, em 9 de janeiro de 1822, ele recebeu o Presidente do Senado e maçom José Clemente Pereira⁵⁴, acompanhado de um enorme cortejo, que leu um documento expressando a vontade do povo. Após ouvir a leitura, o príncipe respondeu: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico”, em seguida falou para a multidão que estava em frente ao palácio, aconselhando-a a ficar tranquila, conforme narra Ferreira. Esse episódio ficou conhecido como o “dia do Fico” e, ainda segundo Ferreira, “foi importante para o processo de independência, pois marcou a primeira adesão do príncipe regente a uma causa brasileira, desrespeitando frontalmente as decisões das Cortes de Lisboa”⁵⁵.

Para Couto⁵⁶, o “dia do Fico” foi arquitetado por José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira,

com a participação de José Bonifácio. Costa esclarece que depois do “Fico” as tensões entre colônia e metrópole agravaram-se, razão pela qual “príncipe procurou apoio entre os homens de prestígio do país e de reconhecida fidelidade à Monarquia”⁵⁷. Amoedo acrescenta que “o dia do ‘Fico’ contou com a influência direta de maçons, que organizaram abaixo-assinados e manifestações em favor da permanência de D. Pedro no Brasil”⁵⁸.

A tropa auxiliadora ficou inicialmente calada e tentou se rebelar, mas foi dominada pelo príncipe, que a obrigou a se retirar do Brasil. O Conde de Lousã pediu demissão, houve tentativas de sequestros do príncipe e de membros de sua família, o que foi evitado pelas tropas leais e por voluntários contratados. As províncias do Pará, Piauí e Maranhão obedeciam aos decretos das Cortes, e o Ceará dispensava obediência ao governo de Lisboa. O Rio Grande do Norte pendia para os dois lados, sem definição; a



Paraíba historicamente acompanhava a tendência de Pernambuco, que tinha muitos recursos, heroísmo tradicional e patriotismo, e, depois do envio de um emissário, ficou a favor do príncipe. Já a Bahia foi a resistência a D. Pedro, pois mesmo depois da Proclamação da Independência, ocorreram batalhas contra as tropas do Brigadeiro Luiz Madeira de Melo, um grande adversário em desfavor da emancipação do Brasil.

A situação era tensa. Em maio de 1822, D. Pedro assinou um decreto prevendo que qualquer decisão das Cortes, para ser cumprida no Brasil, teria que ter o “Cumpra-se”, conforme decreto do príncipe, conhecido pelo mesmo nome e redigido por membros da Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro. Apesar do apoio popular, havia dificuldades em algumas províncias, o que levou o príncipe a se deslocar até Minas Gerais em 25 de março, para dissipar qualquer oposição e angariar apoio dos indecisos. A iniciativa foi coroada de êxito, e o

príncipe foi aclamado pela população em Vila Rica (Capital da Província das Minas Gerais) quando chegou. Na sua comitiva se encontrava, entre outros, o Padre Belchior⁵⁹, testemunha ocular do 7 de setembro de 1822.

Havia rumores em Minas de que a junta estaria preparando a separação do resto do Brasil, motivo da viagem. Importante ressaltar que Minas Gerais, conforme aponta Gomes⁶⁰ era, naquela época, a região mais populosa, com 600 (seiscentos) mil habitantes, e muito poderosa política e economicamente. Em 14 de agosto de 1822, o príncipe viajou para a Província de São Paulo com o mesmo propósito com que foi a Minas Gerais. Lá havia dois grupos antagônicos que dividiam a política, um ligado à família de José Bonifácio, e outro, ao Presidente da junta provincial local, João Carlos Augusto. É sempre bom lembrar que o apoio das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi fundamental para a instabilidade do



príncipe no poder e também para os eventos que ocorreram posteriormente, com a proclamação da Independência. Em 25 de agosto, após serenarem as discórdias, o príncipe conseguiu apoio dos paulistas e, no dia 5 de setembro, deslocou-se até a cidade de Santos para visitar parentes de José Bonifácio.

Antes de viajar para São Paulo, em 13 de agosto de 1822, D. Pedro nomeou sua esposa, D. Leopoldina⁶¹, Princesa-Regente Interina do Brasil e Chefe do Conselho de Estado, com todos os poderes legais para governar o país na sua ausência, conforme Durão (2008, p.127). Em 28 de agosto, o brigue⁶² *Três Corações* chegou ao Rio de Janeiro com decretos com decisões estarrecedoras, oriundos de Portugal. Em síntese, anulavam todos os atos do príncipe regente, e sua autoridade não se estenderia mais a todo o Brasil, ficando limitada ao Rio de Janeiro e regiões vizinhas. As outras províncias deveriam se reportar a Lisboa, e todos os brasileiros que

contrariassem as ordens da corte deveriam ser processados, sendo alvo principal José Bonifácio⁶³.

Imediatamente, foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho de Estado, pela princesa regente, dela participando todos os ministros, além de Gonçalves Ledo, conforme notícia Durão⁶⁴. Havia informações de que Portugal preparava uma ação contra o Brasil, e a reação, diante da gravidade dos rumores e do decreto, não poderia aguardar a volta do príncipe regente. A conclusão foi de que era inevitável a proclamação da Independência. Foi redigida uma carta para o Príncipe, com os documentos oriundos da corte. Na oportunidade, D. Leopoldina e José Bonifácio também escreveram uma carta, e ambas foram encaminhadas com urgência para São Paulo, por intermédio de um mensageiro de confiança. No período em que esperava a volta do príncipe regente, a Princesa idealizou a bandeira do império brasileiro, com o



verde da família Bragança e o amarelo dos Habsburgo⁶⁵.

A carta redigida por D. Leopoldina para D. Pedro I foi a seguinte:

Pedro, o Brasil está como um vulcão. As Cortes portuguesas ordenam a vossa partida imediato, ameaçam-vos e humilham-vos. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partimos agora para Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio, ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece. Ouvi o conselho do vosso Ministro (José Bonifácio), se não quiserdes ouvir o da vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de nossa vida. Já dissestes aqui, o que irei fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer. – Leopoldina”. (Transcrito do *Jornal de S. Paulo*-edição de domingo, 17 de dezembro de 1972. p. 78)⁶⁶

Por volta das 16h30 do dia 7 de setembro de 1822, a comitiva de D. Pedro se encontrava na colina do Ipiranga⁶⁷, vindo de Santos em direção a São Paulo, depois de visitar a família de José Bonifácio, quando foi alcançada pelos mensageiros. Na comitiva do príncipe regente se encontrava, entre outros, padre Belchior, o Chalaça⁶⁸ (Francisco Gomes da Silva). Na oportunidade, além da carta de D. Leopoldina, também foi entregue uma carta de José Bonifácio. Nesta missiva, noticiava o ministro o embarque de 7.100 soldados para Bahia, que, somados aos 600 que lá já estavam, iam atacar o Rio de Janeiro, conforme informações vindas de Lisboa. A carta de José Bonifácio tinha os seguintes dizeres:

Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão a escravidão e horrores. [...]. Venha Vossa Alteza Real o quanto antes, e decida-se, porque irresolução e medidas de água morna [...] para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça.⁶⁹



Havia também uma outra carta do cônsul britânico, a qual dizia: “já se falava em Lisboa em afastar dom Pedro da condição de príncipe herdeiro, como punição pelos seus repetidos atos de rebeldia contra as cortes constituintes”⁷⁰.

Ainda montado, após ler os documentos que lhe trouxeram, D. Pedro os entregou para seu ajudante e, conforme Durão (2008, p.128), assim se pronunciou:

“Tanto sacrifício feito por mim e pelo Brasil inteiro, e não cansam de cavar a nossa ruína!”
“É preciso acabar com isto!”.

Desembainhando a espada, gritou: “Independência ou Morte”.

Esporeou o animal e avançou aonde estavam os seus séquitos e, ainda com a espada desembainhada. Exclamou, então, d. Pedro, para toda aquela gente:

“Camaradas! As cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independência: estamos definitivamente separados de Portugal!”.

Estendendo a espada à frente do corpo, repetiu, a toda força: “Independência ou Morte”⁷¹.

Ferreira relata que, indignado com o teor dos documentos levados pelo mensageiro, às 16h30 D. Pedro amassou os decretos e os jogou ao chão. Arrancou os laços com as cores portuguesas que lhe adornavam o uniforme, concitando os seus seguidores a fazerem o mesmo. Em seguida, disse a todos que ali estavam que daquele momento em diante o lema seria “Independência ou Morte”⁷².

Por outro lado, Gomes trouxe três versões acerca do que teria ocorrido no alto da colina Ipiranga, assim como no meio dela. Apega-se aos relatos do Padre Belchior, do Alferes Canto e Melo⁷³ e do Coronel Marcondes⁷⁴, acerca do brado “Independência ou Morte”, se realmente teria ocorrido ou não. Para melhor entender a que o autor relata, a partir do momento em que Dom Pedro recebeu as cartas oriundas da Corte do Rio de Janeiro, os fatos



teriam ocorrido da seguinte forma, segundo relato do padre Belchior quatro anos mais tarde:

D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou e deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, virou-se para mim e disse:

- E agora, padre Belchior?

Eu respondi prontamente:

- Se vossa alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

Dom Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direção aos animais que se achavam à beira do caminho. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me:

- Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o

Brasil, para sempre, separado de Portugal.

Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

- Viva ao Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva dom Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e falou:

- Diga à minha guarda, que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal.

O tenente Canto e Melo cavalejou em direção a uma venda onde se achavam quase todos os dragões da guarda.⁷⁵

O Alferes Canto e Melo, segundo Gomes, mais tarde, registrou em tom militar que Dom Pedro foi resolutivo e determinado. Que após ler as correspondências teve um momento de reflexão e, após, teria explodido, sem pestanejar. Teria em seguida, pronunciando o seguinte: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!” Já o Coronel Marcondes não estava no alto da colina do Ipiranga quando Dom Pedro leu as correspondências, mas sim em uma venda, próximo ao riacho. Marcondes



exarou assim o seu testemunho dos fatos ocorridos naquela tarde de 7 de setembro de 1822:

Poucos minutos poderiam ter passado depois da retirada dos referidos viajantes (Bergaro e Cordeiro), eis que percebemos que o guarda, que estava de vigia, vinha apressadamente em direção ao ponto em que nos achávamos. Compreendi o que aquilo queria dizer e, imediatamente, mandei formar a guarda para receber dom Pedro, que devia entrar na cidade entre duas alas. Mas tão apressado vinha o príncipe, que chegou antes que alguns soldados tivessem tempo de alcançar as selas. Havia de ser quatro horas da tarde, mais ou menos. Vinha o príncipe na frente. Vendo-o voltar-se para o nosso lado, saímos ao seu encontro. Diante da guarda, que descrevia um semicírculo, estacou o seu animal e, de espada desembainhada, bradou:

- Amigos! Estão, para sempre, quebrados os laços que nos ligavam ao governo português! É quando aos topos daquela não, convindo-os a fazer assim! E arrancando do chapéu que ali trazia a fita azul e branca, a arrojou no chão, sendo nisto

acompanhado por toda a guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhe deu igual destino.

- E viva o Brasil livre e independente! – gritou dom Pedro. Ao que, desembainhando também nossas espadas, respondemos:

- Viva o Brasil livre e independente! Viva dom Pedro, seu defensor perpétuo!

E bradou ainda o príncipe:

-Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!

Por nossa parte, e com o mais vivo entusiasmo, repetimos:

- Independência ou Morte!⁷⁶

Alguns historiadores consideram o relato do Coronel Marcondes como o segundo brado do Ipiranga, ocorrido no meio da colina, a cerca de quatrocentos metros do riacho⁷⁷. Fato é que se aconteceu ou não dessa maneira, se foi ou não eloquente a fala do príncipe, conforme nos trazem os relatos históricos, ela representa a separação simbólica de Portugal. No final daquele dia, D. Pedro e sua comitiva chegaram a São Paulo, tendo sido recebidos com festa. Na madrugada do dia 9 de



setembro, ele partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 14. No dia 12 de outubro, foi aclamado como o primeiro Imperador do Brasil, e coroado em 1º de dezembro com o título de D. Pedro I⁷⁸.

- A luta interna e o reconhecimento externo da Independência do Brasil

Embora D. Pedro tenha proclamado a Independência do Brasil em 7 de setembro, houve problemas para reconhecê-la, tanto interna quanto externamente. Internamente, houve resistências nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Cisplatina (atual Uruguai) e principalmente na Bahia, onde ocorreram lutas campais. A Bahia, onde havia um grande contingente militar português sob o comando do Brigadeiro Madeira de Melo, resistiu até o dia 2 de julho de 1823. Houve vítimas, entre elas a irmã superiora Sórora Joana Angelica, morta por golpes de baionetas de soldados portugueses, na porta do Convento da Lapa.

Cisplatina se rendeu após tropas enviadas por D. Pedro I cercar Montevideu pelo mar, vindo as tropas portuguesas a se renderem.

O Maranhão foi pacificado após a Bahia expulsar as tropas portuguesas. O governo permaneceu fiel à Corte Portuguesa, contudo as autoridades locais foram avisadas de que estava sendo deslocada uma esquadra, o que resultou na rendição imediata. Igual tática foi aplicada no Pará, com ameaça de ataque, o que levou autoridades locais a aclamarem D. Pedro I, reconhecendo a independência do Brasil. No Piauí, os partidários da independência foram vencidos pelas forças do Major Fidié, fiéis a Portugal. Como várias localidades na província começaram a se rebelar, as tropas leais à Corte Portuguesa, por falta de recursos humanos e logísticos, tiveram que recuar, sendo assim reconhecida a independência na província.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em maio



de 1824, conforme política do seu presidente James Monroe, que defendia a doutrina “América para os americanos”, conhecida como doutrina “Monroe”. Pregava que as “nações americanas deveriam ser governadas pelos americanos”, conforme Ferreira⁷⁹. Depois do dia 7 de setembro de 1822, Portugal tentou reverter a situação anterior através de negociações em várias Cortes europeias. Contudo, segundo Costa, “a posição do governo inglês foi decisiva quanto a forçar Portugal a aceitar o fato como consumado”⁸⁰.

O fato de Portugal reconhecer a Independência do Brasil era importante, haja vista que outras nações iriam também reconhecer a emancipação política brasileira. A ex-metrópole demorou a reconhecer a independência do Brasil, mas a pressão inglesa culminou nesse reconhecimento em agosto de 1825. Ferreira⁸¹ relata que os ingleses, devido aos tratados de 1810 que lhes trouxeram vantagens comerciais, iriam ter

prejuízos econômicos quando estes expirassem. Segundo Costa, “a atitude decidida da Inglaterra inibiria qualquer tentativa da parte de Portugal de usar o esquema montado pela Santa Aliança para recuperar sua colônia”⁸².

O Brasil atendeu às exigências de D. João VI, entre elas uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e o direito, em caráter honorífico, de utilizar o título de Imperador do Brasil. Segundo Durão, o “Brasil teve que aceitar um “achaque” para conseguir o reconhecimento de sua independência por Portugal”⁸³. A mediação foi feita pela Inglaterra, aceita por D. João VI e D. Pedro, quando se chegou a um acordo: 1.400.000 libras esterlinas, relativas ao último empréstimo que Portugal fez junto à Inglaterra, com objetivo de hostilizar pela força que se consumasse a independência do Brasil, e 600 libras esterlinas para pagar a D. João VI o seu palácio e outras propriedades⁸⁴.



Segundo Ferreira, o artigo 1º do tratado de paz e aliança estabelecido entre Portugal e o Brasil, assinado em agosto de 1825, dizia: “Sua Majestade Fidelíssima Reconhece o Brasil na categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal e Algarves”⁸⁵. A partir de então, outros países reconheceram a independência do Brasil, como a França, Áustria, Santa Sé, Holanda e Inglaterra.

Na próxima seção será discutido o tema da pesquisa.

DISCUSSÃO DO TEMA

O tema em questão é multifacetado, uma vez que houve várias nuances que somadas levaram à independência do Brasil.

A inconfidência Mineira embora tenha sido sufocada pela justiça luso, deixou um sentimento de liberdade e vontade de lutar contra a opressão e a tirania dos colonizadores. Gonçalves Ledo na época era criança na cidade do

Rio de Janeiro, o seu pai, comerciante na mesma localidade, teve contato com os inconfidentes e seus ideais, o que certamente forjou sua consciência social e política.

A conjuntura política na Europa, em 1806, provocou a fuga da Corte Portuguesa para o Brasil. Já em terras brasileiras, D. João VI, na época príncipe regente, adotou medidas que trouxeram inovações ímpares para a colônia, criando um clima favorável para a emancipação política, anos mais tarde.

A Maçonaria, por meio de seus integrantes, trabalhou incansavelmente para a independência do Brasil. Podem-se mencionar dois grandes patriotas e maçons, José Bonifácio e Gonçalves Ledo, que deixaram as diferenças de lado e se uniram em prol do ideal da Independência do Brasil.

Gonçalves Ledo, da Maçonaria Vermelha (Francesa), aproximava-se das ideias republicanas. Já José Bonifácio, da Maçonaria Azul (Inglesa), conselheiro e



ministro de D. Pedro, defendia uma monarquia constitucional, de forma a evitar a fragmentação do território brasileiro, a exemplo das colônias espanholas.

Por outro lado, não foi somente a Maçonaria que trabalhou para a independência; as sociedades literárias e academias tinham nos seus quadros maçons que difundiam as ideias liberais, que muito contribuíram para a causa.

Embora o iluminismo tenha seu nascedouro na França, foi na Revolução Americana que as ideias foram colocadas em prática, antes mesmo da Revolução Francesa. Esses dois acontecimentos embalavam os ideais dos brasileiros que estudavam na Europa que, quando voltavam para o Brasil, chegavam com entusiasmo, objetivando trabalhar em prol da emancipação política brasileira.

Na colina do Ipiranga, em São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822, tendo ou não ocorrido o grito de “Independência ou Morte”, registrou-se o marco simbólico da independência

brasileira, embora o reconhecimento formal por parte de Portugal só tenha ocorrido em 1825, mediante pressão inglesa.

Houve lutas em algumas províncias, com o intuito de se reconhecer a Independência do Brasil, sendo a mais problemática a ocorrida na Bahia, finalizada em 2 de julho de 1823 com a fuga das tropas portuguesas.

É importante destacar que D. Pedro demonstrou grande capacidade de liderança ao reunir ao seu redor Gonçalves Ledo, José Bonifácio e seus respectivos grupos maçônicos, com o propósito de promover a Independência do Brasil. Essa liderança ficou evidente na prática, quando ele conseguiu obter o apoio das três principais províncias da época: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Não se pode esquecer de D. Leopoldina, que nos bastidores foi decisiva para que D. Pedro adotasse uma postura mais proativa diante das Cortes portuguesas e, em 7 de setembro de 1822, emancipasse o Brasil de Portugal.



Por fim, destaca-se a participação da Maçonaria, que, de forma eficiente, incansável e diplomática, exerceu papel decisivo nos acontecimentos de 7 de setembro de 1822. Com pragmatismo, a instituição ajudou a preparar o caminho para a Independência do Brasil e para a manutenção da unidade nacional que ainda preservamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar e demonstrar a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil. Foi formulada a pergunta norteadora e, em seguida, elaborados os objetivos geral e específicos para se desenvolver a pesquisa bibliográfica, delimitando-se o período de observação do processo aos anos de 1789 (Conjuração Mineira) a 1825, quando oficialmente foi reconhecida a Independência do Brasil por Portugal.

No decorrer da pesquisa, ficou demonstrada a origem da Maçonaria brasileira, pois as primeiras lojas maçônicas que aqui foram criadas tinham ligação ou subordinação ao Grande Oriente Português ou Francês. No início dos anos de 1820, quando a Maçonaria voltou a funcionar no Brasil, a Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro da cidade do Rio de Janeiro se dividiu em três, para que fosse criada a primeira potência brasileira, denominada Grande Oriente Brasileiro, ou brasílico, com objetivo de lutar pela Independência do Brasil.

Cediço esclarecer que havia duas facções ou grupos divergentes na Maçonaria, denominadas Maçonaria Azul (Inglesa-monarquista parlamentar), representada por José Bonifácio, e a Maçonaria Vermelha (Francesa - Republicana constitucional), representada por Gonçalves Ledo, as quais deixaram as diferenças para trabalhar em prol de um objetivo único, que era a Independência do Brasil, numa conjuntura de



grande inquietação interna e externa.

Com exceção das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as demais não aceitavam autoridade do então príncipe regente D. Pedro, não raras vezes desautorizado pelas Cortes portuguesas que tentavam recolonizar o Brasil e restabelecer o pacto colonial, o que impediria a emancipação política. Nesse diapasão, a Maçonaria, tida como subversiva por muitos na época, demonstrando civismo e amor servil à Pátria Brasil, trabalhou incessantemente.

Não se pode dizer que o processo teve participação de pessoas não ligadas à Maçonaria. Um exemplo são as academias, sociedades secretas e literárias demonstradas neste trabalho, embora tivessem nos seus quadros maçons. Por outro lado, embora D. Pedro estivesse no Apostolado, percebeu que teria mais apoio em nível nacional na Maçonaria, o que explica também sua aquiescência ao se iniciar e de imediato aceitar ser Grão-Mestre.

D. Leopoldina, no momento crucial em sua carta para D. Pedro foi preponderante, pois conseguiu ajudar a tomar uma postura diante das exigências das Cortes Portuguesas. O resultado foi que em 7 de setembro de 1822, na colina do Ipiranga, próximo às margens do riacho de mesmo nome, D. Pedro decretou a emancipação política brasileira ou Independência.

Há de se mencionar que houve lutas no território nacional, em algumas províncias, visando ao reconhecimento da emancipação política de Portugal. Destaca-se a luta mais fratricida na Bahia, quando em 2 de julho de 1823 as tropas portuguesas vencidas, fugiram do Brasil. Outrossim, o reconhecimento de Portugal só aconteceu em agosto de 1825, mediante negociações mediadas pela Inglaterra.

Acerca dos objetivos da pesquisa, foram alcançados. Convém asseverar que, embora as bibliografias consultadas não façam referência à contribuição da Inconfidência Mineira para o processo



de Independência, nenhuma nega ou desmerece o Alferes Tiradentes, considerado o seu protomártir.

Duas personalidades maçônicas se destacaram pelo altruísmo, civismo e amor incondicional ao Brasil: José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, que, embora tivessem ideologias opostas, deixaram-nas de lado para lutarem por um único objetivo, que era a Independência do Brasil.

Conclui-se, portanto, que o objetivo do trabalho – formulado a partir da pergunta norteadora – foi alcançado. Demonstrou-se a relevante participação da Maçonaria brasileira no processo de Independência, contribuindo para a preservação da unidade nacional e evitando que o país seguisse o mesmo caminho de fragmentação ocorrido na América Espanhola após a emancipação de suas colônias.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Esaú Rodrigues. *Vultos maçônicos da história pátria*: Joaquim Gonçalves Ledo - Palestra pronunciada em 6 set. 1980 no II Simpósio Maçônico Regional, na Loja Maçônica Lealdade e Fraternidade. Governador Valadares, 1980.

AMOEDO, Sebastião. *A participação da maçonaria do Brasil no século XIX: da independência à república*. Palestra no Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, 8 set. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/mobile/folders/1harTK-mHvkKo3JOlu2xBgyE2G6wxSn6yr>. Acesso em: 26 set. 2025.

BAPTISTA, Antônio Augusto Queiróz. *O traçado de um construtor de templos*. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 2006.

CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida. *Histórias do Grande Oriente do Brasil*. São Paulo: Madras, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos*



decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTO, Sérgio Pereira. *As origens e a história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Lafonte, 2020.

DURÃO, José Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *História do GOB*. Disponível em: <https://www.gob.org.br/historia-do-gob/>. Acesso em 26 set. 2025.

LIMA, Manoel de Oliveira. *O movimento de independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos/Conselho Estadual de Cultura, 1972.

LIMA, Walter Celso de. *Ensaio sobre filosofia e cultura maçônica*. São Paulo: Madras, 2012.

MAGALHÃES, Basílio de. *Manual de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949.

MANUAL DO APRENDIZ MAÇOM. *Ritual grau 1 - R.:E.:A.:A.:*. Revisto e atualizado de acordo com o Manual de Etiqueta e Protocolo Maçônico. Belo Horizonte: Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. 2013.

PITOMBO, Heitor. *Maçonaria no Brasil*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

PROEBER, Kurt. *Achegas para a história da maçonaria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1968.

SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.



NOTAS

¹ MANUAL DO APRENDIZ MAÇOM. *Ritual grau 1 – R.:E.:A.:A.:.* Revisto e atualizado de acordo com o Manual de Etiqueta e Protocolo Maçônico. Belo Horizonte: Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. 2013.

² PITOMBO, Heitor. *Maçonaria no Brasil*. São Paulo: Editora Escala, 2009, p. 9-10.

³ LIMA, Walter Celso de. *Ensaio sobre filosofia e cultura maçônica*. São Paulo: Madras, 2012.

⁴ Rito - Conjunto das regras e das cerimônias que se praticam numa religião: o rito da Igreja romana. Qualquer prática, festividade, cerimônia religiosa ou simbólica; culto, seita, religião.

⁵ Obediência - Ação de quem obedece, de quem é submisso; submissão completa; ato pelo qual alguém é submisso; disposição para obedecer. Ato pelo qual alguém se conforma com ordens recebidas; autoridade mando, domínio.

⁶ LIMA, 2012, op.cit., p. 10.

⁷ BAPTISTA, Antônio Augusto Queiróz. *O traçado de um construtor de tempos*. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 2006, p. 17.

⁸ SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 27.

⁹ James Anderson - Autor do livro *A história dos Maçons Livres*, conhecido como a *Constituição dos Maçons Livres*.

¹⁰ Loja Maçônica - Reunião de maçons; lugar onde se realizam as sessões.

¹¹ Jurisdição - Área de atuação.

¹² AMOEDO, Sebastião. *A participação da maçonaria do Brasil no século XIX: da independência à república*. Palestra no Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, 8 set. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/mobile/folders/1harTK-mHvkKo3J0lu2xBgyE2G6wxSn6yr>. Acesso em: 26 set. 2025, p. 2.

¹³ COUTO, Sérgio Pereira. *As origens e a história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Lafonte, 2020, p. 39.

¹⁴ PITOMBO, op.cit., p. 15.

¹⁵ Liberalismo – Doutrina que defende a liberdade política e econômica.

¹⁶ COUTO, op.cit., p. 39.

¹⁷ Ibid., p. 40.

¹⁸ DURÃO, José Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p. 94.

¹⁹ Ibid., p. 18.

²⁰ ALVES, Esaú Rodrigues. *Vultos maçônicos da história pátria*: Joaquim Gonçalves Ledo - Palestra pronunciada em 6 set. 1980 no II Simpósio Maçônico



Regional, na Loja Maçônica Lealdade e Fraternidade. Governador Valadares, 1980, p. 3.

²¹ COUTO, op.cit., p. 40.

²² GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015, p. 235.

²³ Ibid., p. 234.

²⁴ FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985., p. 127.

²⁵ Carta Régia - Documento oficial e legal, que confere autorização para exploração de certos negócios pelo Estado (monopólio estatal).

²⁶ Alvará – Assinado em 1º de abril de 1808 pelo Príncipe Regente Dom João VI. Permitiu a instalação de indústrias no Brasil, revogando o Alvará de 5 de janeiro de 1785. Permitiu o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil e outros domínios ultramarinos. O objetivo era promover a "riqueza nacional", incentivar a produção industrial e o desenvolvimento econômico.

²⁷ DURÃO, op.cit., p. 73.

²⁸ Marechal Beresford - William Carr Beresford, 1º Visconde Beresford. Militar e político anglo-irlandês, que serviu como general no Exército Britânico e Marechal do Exército Português, o qual comandou durante a invasão napoleônica em Portugal.

²⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 44.

³⁰ Metrópolis - Numa região ou território, cidade de maior relevância que exerce influência sobre as demais, ponto para o qual tudo converge. Nação considerada relativamente aos países que dela dependem, falando especialmente de suas colônias.

³¹ Nau - Antiga embarcação a vela, de alto bordo, com três mastros.

³² DURÃO, op.cit., p. 98.

³³ FERREIRA, op.cit., p. 133.

³⁴ Ibid., p. 134.

³⁵ DURÃO, op.cit., p. 101.

³⁶ Ibid.

³⁷ Divisão Auxiliar do Brasil – Tropa portuguesa estacionada no Brasil.

³⁸ AMOEDO, op.cit., p. 4.

³⁹ Inconfidência Mineira – Movimento conspiratório da elite ocorrido em 1789, em Vila Rica na Capitania das Minas Gerais, contra o domínio português e os altos impostos. Inspirado nos ideais iluministas e da independência dos Estados Unidos, objetivavam proclamar uma república independente. Todos os envolvidos foram, ao final do processo conhecido como derrama, exilados, exceto o Alferes Tiradentes, que foi enforcado, sendo considerado o protomártir da independência do Brasil.

⁴⁰ DURÃO, op. Cit., p. 117.



⁴¹ Ibid., p. 119.

⁴² Profano - Pessoa estranha a uma seita, religião; que não é iniciada em certos conhecimentos.

⁴³ Grão Mestre – Autoridade máxima de uma potência maçônica.

⁴⁴ DURÃO, op. Cit., p. 120.

⁴⁵ PITOMBO, op.cit., p. 23.

⁴⁶ Carbonária - Sociedade secreta revolucionária.

⁴⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva - com a invasão Francesa em Portugal, formou Corpo Voluntário Acadêmico. Ao se alistar na luta para expulsar os franceses, recebeu a patente de major, posteriormente comandou esse batalhão sob as ordens dos Ingleses, alcançou o posto de tenente-coronel. Era professor de Coimbra, e o batalhão era composto por estudantes e professores. Nasceu em Santos, em 13 de junho de 1763, e faleceu na ilha de Paquetá, em 6 de abril de 1838. Foi naturalista, maçom, poeta, estadista, brasileiro e membro de família integrante da aristocracia portuguesa, conhecido como o Patriarca da Independência. No império brasileiro, foi ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros e deputado da Assembleia Constituinte. Formou-se em Coimbra nos cursos de Filosofia Natural (1788) e Direito Canônico (1789). Com a dissolução da Assembleia constituinte, foi preso e exilado na França, de 1823 até 1829. Ao abdicar do trono, Pedro I o nomeou

tutor de seu e seu filho Pedro II. Em 1833 foi destituído do cargo pela regência trina permanente, sob acusação de conspirar pela volta ao Brasil de Pedro I. Afastou-se da política e foi viver em Paquetá.

⁴⁸ Joaquim Gonçalves Ledo - estudante em Coimbra, não se alistou no Corpo Voluntário por entender que a invasão Francesa a Portugal seria o “grande passo” para a liberdade do Brasil. Estadista, nascido em 11 de dezembro de 1771, no Rio de Janeiro, faleceu em Macau em 19 de maio de 1847. Não completou os estudos em Coimbra, abandonando-os após a morte do pai. Adversário político dos irmãos Andradas. Em 1831, com a abdicação de D. Pedro I, retirou-se da política, retornando em 1835, quando eleito para representante da cidade do Rio de Janeiro. Orador e escritor, escreveu, em 1846, o livro *A História da Independência do Brasil*.

⁴⁹ GOMES, op. Cit., p. 233

⁵⁰ COUTO, op.cit., p. 45.

⁵¹ DURÃO, op.cit., p. 93-94.

⁵² Ibid., p. 106.

⁵³ Ibid., p. 108.

⁵⁴ José Clemente Pereira nasceu em Portugal, na Vila de Castelo Mendo, em 17 de fevereiro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1854. Kursou a Universidade de Coimbra, onde se graduou em Direito Canônico. Na guerra peninsular entre



Portugal e Inglaterra contra França, em 1808, alistou-se no batalhão acadêmico e combateu sob o comando de José Bonifácio de Andrada e Silva a invasão napoleônica. Em 1815, mudou-se para o Brasil. Eleito senador. Em dezembro de 1822, propôs, no senado a permanência do príncipe, em desobediência às ordens das Cortes de Lisboa, e em 9 de janeiro de 1822, liderou uma multidão para apresentar uma moção aprovada no senado, recomendando sua permanência, que resultou no episódio do Fico. Membro da Loja Comércio e Artes, adotou o nome heroico de Irmão Camarão. Presidente do Senado, foi incumbido por Gonçalves Ledo e demais irmãos, de apresentar no senado a proposição que resultou na permanência do príncipe no Brasil. Com o desmembramento da sua loja, para formação do Grande Oriente, no sorteio ficou na loja União e Tranquilidade, como orador.

⁵⁵ FERREIRA, op.cit., p. 135.

⁵⁶ COUTO, op.cit., p. 44.

⁵⁷ COSTA, op.cit., p. 49.

⁵⁸ AMOEDO, op.cit., p. 6.

⁵⁹ Padre Belchior Pinheiro de Oliveira – Fundador e secretário da Loja Distintiva; vigário da Paróquia de Pitanguí/MG, sobrinho de José Bonifácio e Deputado Brasileiro das Cortes Constituintes da nação Portuguesa.

⁶⁰ GOMES, op.cit., p. 97.

⁶¹ D. Leopoldina - Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena, no Brasil passou assinar D. Maria Leopoldina ou D. Leopoldina. Nasceu em Viena, em 22 de janeiro de 1792, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1826. Filha do imperador romano-germânico Francisco II (a partir de 1806, passou a ser apenas imperador da Áustria, tornando-se Francisco I). Em dezembro de 1817, casou-se com o herdeiro do trono português, D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal. Foi Arquiduquesa da Áustria, imperatriz do Brasil e durante oito dias, em 1826, rainha de Portugal.

⁶² Brigue - Embarcação de dois mastros, com velas circulares ou quadrangulares, sendo o maior deles inclinado para a popa.

⁶³ GOMES, op.cit., p. 33.

⁶⁴ DURÃO, op.cit., p. 128.

⁶⁵ Ibid., p. 127.

⁶⁶ FERREIRA, op.cit., p. 137.

⁶⁷ Ipiranga - em tupi-guarani, significa rio vermelho, devido às águas barrentas do riacho.

⁶⁸ Chalaça - (zombeteiro, gozador ou piadista), fiel amigo e secretário, recadista e alcoviteiro, faz-tudo, inclusive encarregado de arrumar mulheres, proteger seus segredos e defender o seu senhor de qualquer circunstância por mais difícil que fosse, conforme Octávio Tarquínio de Souza.

⁶⁹ GOMES, op.cit., p. 34.



⁷⁰ Ibid., p. 35.

⁷¹ DURÃO, op.cit., p. 128.

⁷² FERREIRA, op.cit., p. 138.

⁷³ Alferes Francisco de Castro Canto e Melo, irmão da futura Marquesa de Santos. Estava na comitiva de D. Pedro, no dia 7 de setembro de 1822. Fazia parte da guarda de honra e foi testemunha os acontecimentos na colina do Ipiranga, as margens do riacho de mesmo nome.

⁷⁴ Coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo – Em 7 de setembro era então Major e estava presente na comitiva de D. Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822. Uma das testemunhas do momento dos fatos ocorridos na colina do Ipiranga as margens do riacho de mesmo nome. Deixou registrado a versão de que D. Pedro dito, a frase "Independência ou Morte!", assim também o mal-estar intestinal do príncipe, naquele dia.

⁷⁵ GOMES, op.cit., p. 35-36.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid., p. 37.

⁷⁸ D. Pedro I - Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon nasceu em Queluz, Portugal, em 12 de outubro de 1798, e faleceu também em Queluz, em 24 de setembro de 1834. Segundo filho do sexo masculino do rei D. João VI de Portugal e de sua mulher Carlota Joaquina de Bourbon, princesa da Espanha. Primeiro Imperador do Brasil como D. Pedro I, de 12 de outubro de 1822 até 7 de abril de 1831, e D. Pedro IV, 29º Rei de Portugal.

⁷⁹ FERREIRA, op.cit., p. 151.

⁸⁰ COSTA, op.cit., p. 56.

⁸¹ FERREIRA, op.cit., p. 151.

⁸² COSTA, op.cit., p. 57.

⁸³ DURÃO, op.cit., p. 142.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ FERREIRA, op.cit., p. 151.